



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

6ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa

22ª Sessão Ordinária

ATA Nº 027/2015 – SESSAO ORDINARIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Anderson de Oliveira o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Anderson de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, João Laerte Bovino, Jucimar Périco, Nelço Bortoluzzi, Daizi Camello, Laertes Carador Moreira, Milton Rodrigues da Silva e Oséias de Oliveira. O Sr. Presidente verificando quórum legal, deu inicio aos trabalhos da hora do expediente convidando a Secretária ad-hoc Andréia Fabiana Niesciur para que proceda a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. A seguir o Sr. Presidente passa para os trabalhos da hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Comunicado nº CM 164566/2015 subscrito pelo Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a seguinte liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Comunicado ao plenário arquiva-se. Parecer nº 028/2015 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável à tramitação do Projeto de Lei 019/2015. Aceito pela entrada anexa-se ao referido projeto de lei. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo na matéria de discussão única e votação, passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 019/2015 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que autoriza o Poder executivo Municipal a Contratar Operação de crédito com a Agencia de Fomento do Paraná S.A. O Vereador Laertes C. Moreira solicitou do Sr. Presidente quais as matérias que seriam votadas e se as mesmas seriam enviadas previamente para a próxima Comissão. O Sr. Presidente

esclareceu que seriam votados a emenda e logo após o projeto, já que a maioria do plenário é soberano. Além o Sr. Presidente aclarou que a Comissão de Fiscalização, Justiça e Redação composta pelos Vereadores Nelço Bortoluzzi, Jucimar Périco e João Laerte Bovino recomendarão através do parecer, enviar para a comissão de economia, finanças e fiscalização para apreciar o referido projeto de lei. Diante de manifestações o Sr. Presidente colocou em votação nominal o segmento do Parecer. O Vereador Jucimar Périco votou contrario em dar segmento para nova comissão, alegou que também faz parte da outra comissão e por esses motivos não concordou. O Sr. Presidente pediu atenção ao nobre par, tendo em vista que o mesmo assinou um parecer recomendado o encaminhamento do referido projeto para outra comissão e estranhamente votou contrario ao seu posicionamento. O Vereador Milton R. da Silva posicionou-se a contrario ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador Laertes C. Moreira posicionou-se contrario ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador Oséias de Oliveira posicionou-se contrario ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador Irineu F. Camilo posicionou-se favorável ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador Daizi Camello posicionou-se contrario ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador Nelço Bortoluzzi posicionou-se favorável ao envio do projeto, para outra comissão. O Vereador João L. Bovino posicionou-se favorável ao envio do projeto, para outra comissão, justificou que a comissão de legislação, justiça e redação fez o trabalho sobre a legalidade do projeto e não sobre os fundamentos financeiros que pertence a comissão de economia, finanças e fiscalização a qual é de competência para avaliar o potencial que o município tem para contratar operação de credito. Com cinco votos contrario ao envio do projeto para a próxima comissão, contra três votos a favor do envio do projeto para a próxima comissão. Diante do resultado o Sr. Presidente deliberou que o parecer continua na mesma comissão conforme decisão da maioria e estendeu dizendo que cada Vereador tem sua responsabilidade, posição e forma de pensar, disse que cada um recebeu votos da população para representar da melhor forma o povo para o bem do município. O Sr. Presidente pronunciou-se contra ao referido projeto, esclareceu que o momento financeiro que o país esta passando e o alto juro aplicado não reflete estabilidade para contratação de credito, disse que a real necessidade não condiz com a realidade do município, a aplicação de asfalto em ruas com calçamento vai na contramão da verdadeira prioridade. Citou a falta de calçamentos em diversas ruas e problemas mais graves nas estradas do interior, o mal comprometimento financeiro pode afetar por anos os investimentos dentro do município. Após o Sr. Presidente colocou o referido projeto em discussão. O Vereador Laertes C. Moreira disse estar indignado com a politica, citou que esteve visitando moradores que serão beneficiados com o asfalto onde os mesmos aprovaram a iniciativa. Indagou os vereadores da oposição dizendo que os mesmos foram eleitos para representar o povo e não fazer politicagem em desfavor dele. Apontou que outros municípios vizinhos já fizeram tal financiamento semelhante, atribuiu dizendo que, se fosse ruim os mesmos municípios não ô fariam, analisou que o momento de fazer financiamento seria agora, pois futuramente outro gestor poderá fazê-lo e não cumprir com as metas ou fazer má uso do dinheiro. O Nobre Par disse estar indignado pelo posicionamento politico dos Vereadores da oposição, pois os mesmos tentam segurar o projeto causando desgaste no andamento, apenas pelo fato de ser oposição, alertou que politica não se faz desta maneira. Simplificou dizendo que no final o projeto será aprovado e com atraso, frisou, pois boa parte dos municípios vizinhos já estão adiantados com a documentação para iniciar as obras. Desabafou dizendo que não tem mais interesse com politica, disse que muitas vezes tem vergonha de ser honesto no Brasil, pelo fato de haver politicagem da forma que o mesmo está vendo, lamentou que os fatos estejam direcionando desta forma, lembrou que no passado também houve financiamentos

e se os fatos administrativos tivessem sido comprovados o atual prefeito não teria ganho do candidato adversário apoiado pelo ex-prefeito. O Vereador Nelço Bortoluzzi explanou que em conversa com o secretário de finanças o mesmo comprometeu-se de passar algumas informações referentes ao projeto, o vereador citou também que apenas sua pessoa buscou informações a cerca do projeto, tanto que o próprio secretário evidenciou o fato. O Vereador Nelço Bortoluzzi esclareceu que não foi contra o projeto, apenas seguiu os tramites legal da casa que regem em seguir com as comissões específicas a cada caso, pois as mesmas foram criadas e legitimadas para estudar mais a fundo cada caso, desta forma o nobre par justificou seu posicionamento. Alertou que também que os valores apresentados e os juros podem ser menores, tendo em vista o valor do financiamento que se refere até o valor citado de dois milhões. O Vereador frisou que em estudo prévio, observou que os índices dos juros do financiamento de quatro ponto setenta e cinco mais o IPCA que atualmente se encontra na margem de nove ponto setenta e seis, acarreta um valor muito alto para financiar, ao contrario dos juros de quatro ponto setenta e cinco ao ano que corresponderam ao financiamento das maquinas aprovado por todos os Vereadores anteriormente, por isso o Vereador defende que haja discussão do projeto, para todos saberem o porquê que está votando da sua forma. O Vereador Irineu F. Camilo esclareceu seu posicionamento, explicou que as comissões foram criadas para dar mais legitimidade nas ações do legislativo, pois cada Vereador tem sua forma de pensar e cabe á todos entender o porquê que se deve votar a favor ou contra. O Vereador concorda em enviar o projeto para a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, pois cabe a está comissão dar seu parecer por se tratar de financiamentos. Disse que não é contra o projeto, apenas entende que deve haver mais estudo sobre o mesmo por se tratar de valor considerado e não como citou outro nobre par o qual focaliza conversar paralelas que não condizem com os fatos. Conferiu que seu posicionamento foi para dar mais transparência nas decisões e clareza no seu voto. O Vereador destacou fatos de administrações anteriores onde que gestores também realizaram financiamentos, citou o ex- prefeito Sezar Bovino que realizou financiamento, o ex-prefeito Joel Moreira que financiou a Casa da Cultura, o plano diretor, os ônibus e coube aos Vereadores da época decidir e neste momento a decisão está com a atual legislatura, que deverá analisar e dar o seu voto. O Vereador Milton R. da Silva posicionou-se a favor do projeto mas contra encaminhar o mesmo para outra comissão, disse diante do resultado o plenário e soberano da decisão, mas considerou caso a comissão que deu o primeiro parecer não tenha poder, sugeriu ao Sr. Presidente para que seja juridicamente cancelado todas as comissões haja vista a decisão soberana do plenário em aprovar da forma que está o referido projeto. Parabenizou os demais Vereadores pelo debate e caso o mesmo tenha que responder futuramente para a população pela sua decisão o mesmo o fará. Frisou a importância do debate entre os Vereadores pelo fato que não houve interferência do Prefeito no voto de cada Vereador. O Vereador João L. Bovino disse que não é contra o projeto, mas que o mesmo seja viável ao município, por isso entendeu que o projeto deveria dar continuidade na próxima comissão para averiguar todos os tramites passível de um bom ou mau financiamento. Destacou o acordo aprovado recentemente pelos Vereadores onde que o valor de aproximadamente quatro milhões que o município terá direito através do acordo, aplicar uma porcentagem para investimentos no quadro urbano em asfalto, dispensando o financiamento e não acarretando dividas para o município. O Nobre Par entende que a decisão do plenário é soberana, mas a discussão e avaliação de cada Vereador pode dar novo rumo ao projeto, pois o vereador não sabe exatamente a intenção do Sr. Prefeito e em quais obras o mesmo ira aplicar o dinheiro do acordo. O Vereador Oséias de Oliveira afirmou que a iniciativa da viabilização do recurso de dois milhões de reais para asfalto veio em boa hora, disse também que o valor de quatro

milhões de reais referente ao acordo tem destinação, rebatendo a indagação do Nobre Par que citou quais projetos o executivo irá fazer pelo município, o Vereador completou dizendo que o valor do acordo será para recuperar estradas do interior, onde alegou que as mesmas estão precárias, além do término do centro do idoso entre outras ações. Citou o momento financeiro do país o qual a inflação poderá aumentar dificultando linhas de créditos futuros, falou que não mora na cidade, mas concorda em aplicar o asfalto, destacou que em breve haverá recenseamento demográfico populacional por município realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o qual poderá aumentar a receita do município facilitando o poder do município de credito. O Sr. Presidente deu destaque ao seu posicionamento e forma de pensar, disse que sempre teve foco e direcionamento na suas decisões, como exemplo citou o projeto do acordo do ICMS da Usina o qual o mesmo poderia segurar sua votação, mas de forma consciente tratou de solucionar da melhor forma para o bem do município. Pediu em seu esclarecimento, que neste documento seu posicionamento quanto ao financiamento em destaque fosse claro e objetivo, afirmou dizendo que; se sua pessoa com exercício de Presidente tivesse decisão do voto, o mesmo votaria contrario ao projeto. Justificou apontando instabilidade financeira do país, juros demasiados e cálculos de acima da inflação, detalhou que seria pratico e bonito asfaltar algumas ruas no momento, a mídia agradeceria, mas na sua visão a retaliação financeira apareceria no futuro cobrando a pratica realizada nos dias de hoje, estendeu dizendo que existe outras prioridades, como exemplo citou a falta de calçamentos em ruas de loteamentos do quadro urbano, além de cascalho e a falta de estradas no interior do município. Após o Sr. Presidente colocou em votação nominal o projeto em primeira discussão e votação. Votarão contra o projeto os Vereadores João L. Bovino e Nelço Bortoluzzi. Votaram a favor do projeto os Vereadores: Daizi Camello, Irineu F. Camilo, Oséias de Oliveira, Laertes C. Moreira, Milton R. da Silva e Jucimar Périco. Diante do resultado, o projeto ficou aprovado pela maioria do plenário, encaminha-se para segunda discussão e votação. Nada mais havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 001/2015 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Altera o quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Rio Bonito do Iguazu e dá outras providencias. O Vereador Irineu F. Camilo solicitou ao Sr. Presidente o envio de um oficio ao responsável da secretária de saúde, informando a lotação dos ACS, justificou para dar mais transparência ao demais Vereadores e para acompanhar os referidos trabalhos. Colocado em votação, aprovado por unanimidade. Aprovado por unanimidade faça-se a lei. Nada mais havendo na matéria de segunda discussão e votação, passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo na matéria de terceira discussão e votação, passa-se para palavra livre. Dando inicio o Vereador Nelço Bortoluzzi agradeceu a população pela participação na Festa do Senhor Bom Jesus na comunidade de Linha Nova, parabenizou todos os Vereadores pela discussão do projeto, informou que funcionários da secretária de finanças estarão enviando informações devido ao seu pedido, acerca dos valores referente ao projeto discutido. Por fim o Vereador João L. Bovino agradeceu o apoio dos Vereadores que votaram pelo seu requerimento na sessão anterior. Não havendo mais manifestação o Sr. Presidente declarou encerrado a presente sessão convocando todos os Vereadores para a sessão ordinária no dia dezessete de agosto do ano de dois mil e quinze, na sede da Câmara Municipal às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Norberto Carlos Algeri, secretário ad-hoc, que assino com os demais presentes.